

“O currículo e a escola são campos de luta constante.”

Nas discussões sobre currículo, formação de professores, inclusão da Sociologia no ensino médio, metodologias de ensino para as ciências sociais, destaca-se, em nível nacional, a professora doutora Ileizi Luciana Fiorelli Silva, do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina. Em entrevista concedida, em maio de 2014, ao professor Danilo Rabelo, do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás, a professora Ileizi discutiu sobre currículo, a Sociologia no ensino médio, PNLD e a formação de professores.

A professora Ileizi Luciana Fiorelli Silva possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (1991), mestrado em Educação pela FE-USP (1998) e doutorado em Sociologia pela FFLCH-USP (2006). Atualmente é professora efetiva, nível Adjunto D, da Universidade Estadual de Londrina, no curso de Ciências Sociais. É coordenadora do Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Ciências Sociais e docente da Especialização em Ensino de Sociologia da UEL. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq – LENPES – Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão de Sociologia da UEL. Coordenadora do Observatório da Educação (CAPES-Ciências Sociais da UEL). Tem experiência na área de Sociologia da Educação e Sociologia do Conhecimento, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação, Política e currículos, a Sociologia no ensino médio.

Após cinco anos que a Lei nº 11.684, de 2/6/2008, determinou a obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia e de Sociologia no ensino médio, houve, no ano passado, a tentativa fracassada do Projeto de Lei nº 6.003, do deputado Izalci Ferreira (PSDB-DF) para retirar essa obrigatoriedade. Esse projeto de lei foi rejeitado, mas parece que o referido deputado pretende reapresentá-lo com modificações no texto. Em sua opinião, por que existe essa luta constante pela manutenção ou pela eliminação da Sociologia nos currículos do ensino médio?

A escola e o currículo são artefatos culturais objetos de disputas pelos diferentes grupos sociais, classes sociais, interesses que se colidem vindos de diferentes espaços sociais. Dessa forma, são constantes as lutas sobre os

conhecimentos e métodos de ensino que devem organizar os currículos nas escolas. As lutas nunca cessam. Há um estudo de Durkheim no livro *A evolução pedagógica* que demonstra a perplexidade do autor com o dado da variabilidade dos currículos na França:

O que marca em primeiro lugar ao empreender-se a história dos planos de estudos no século XIX, é sua extraordinária instabilidade. Foram contados não menos de quinze que se sucederam uns aos outros. Gréard compilou todos os decretos, circulares, portarias que introduziram modificações de maior ou menor importância nos liceus e colégios; de 1802 até 1887, houve nada menos de que setenta e cinco, sessenta e quatro deles antes de 1870. Os programas vivem um movimento perpétuo. Há um ensino, sobretudo, cuja sorte varia, ao menos aparentemente, da maneira mais caprichosa: o das ciências. Vê-se ora dilatar ao longo da série das aulas entre as quais se divide, com uma maior ou menor igualdade; ora, ao contrário, concentrar-se num único ano, usualmente no último; ora, enfim, vê-se relegado fora dos quadros regulares e cai para a posição de ensino acessório. Ora as ciências são unidas às letras, ora são separadas delas. Numa palavra, estão num estado constante de nomadismo. (DURKHEIM, 1995, p. 287, grifos meus)

Observe-se que a mudança constante da grade curricular e dos currículos é um fenômeno típico das sociedades modernas, que passam por processos de fragmentação e diferenciação social. Não é só a Sociologia que passa por questionamentos constantes, com exceção da Língua Portuguesa e da Matemática, as outras disciplinas sofrem constantes modificações, sobretudo no Ensino Médio, fase final da Educação Básica. Contudo, temos de observar que a Sociologia tem, sim, suas peculiaridades como objeto de disputa no currículo. Entre as várias especificidades, uma que considero fundamental é o grau de organização didática e sistematização dos conteúdos para o Ensino Médio. Estamos no começo do processo de organização dos conteúdos e metodologias de ensino adequados aos estudantes da Educação Básica e isso é crucial no campo de lutas: saber dizer e defender porque consideramos a Sociologia uma disciplina escolar em condições de formar os estudantes nos aspectos científicos das humanidades, destacando, exatamente, “como” e “o quê” podemos ensinar. Quando os docentes de Sociologia forem chamados

pelo MEC, INEP, Secretarias de Estado, Editoras de Livros Didáticos, entre outros terão que saber responder com mais precisão e convicção sobre as práticas de Ensino da Sociologia. Com relação aos projetos de leis de interferência nos currículos, que se sucedem ano a ano no Congresso Nacional, penso que os grupos solicitam aos deputados a proposição de tais projetos de leis. Assim como nossas organizações, tais como Sindicatos de Sociólogos dos Estados (destacadamente o Sindicato de São Paulo), professoras e professores do Ensino Médio, Sociedades Científicas, um dia apoiaram e demandaram de deputados o apoio à inclusão da Sociologia nos currículos. Em suma, penso que é um movimento constante de disputa, que temos de estar sempre preparados para enfrentar. A instabilidade persistirá.

De forma geral, como vem sendo implantada a Sociologia no Ensino Médio? Ainda faltam professores formados em Ciências Sociais ou Sociologia?

A Implantação tem ocorrido de forma acelerada. Hoje a Sociologia é ensinada em todas as escolas do Brasil. Em todas as séries do Ensino Médio Regular, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Ensino Profissionalizante – quando é integrado ao Ensino Médio. A Sociologia também figura em todas as políticas públicas voltadas para formação de professores, para Livro Didático, Inovações nas escolas, entre outras. Isso faz muita diferença no processo de implantação. Vou dar dois exemplos: a) o Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que contempla a maioria dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais do Brasil, com bolsas e verba de custeio fomenta o envolvimento de docentes e estudantes nas universidades com as escolas; b) o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em que contemplou a Sociologia nas duas últimas versões, possibilita a compra de livros didáticos para todos estudantes do Ensino Médio nas escolas públicas. São políticas que dão muita visibilidade para a disciplina Sociologia. Não quero minimizar o problema de falta de docentes formados em Ciências Sociais, ele é real e grave. Contudo, outras disciplinas têm o mesmo problema e precisamos entender que as condições de trabalho, de carreira para os professores e professoras na Educação Básica variam de estado para estado, mas de modo geral são condições que não atraem os jovens. Há necessidade de políticas consistentes para a carreira que valorizem a profissão

e conseqüentemente os cursos de licenciatura. Não sabemos ainda o impacto do PIBID, mas nos próximos anos poderemos avaliar o quanto isso alterou ou não os índices de evasão nos cursos de licenciatura, especialmente nos cursos de Ciências Sociais.

Também faltam livros didáticos ou materiais didáticos de qualidade?

Sim e não. De novo afirmo que como em outras áreas temos materiais e livros didáticos bons e fracos. Há no mercado editorial uma multiplicação de livros e apostilas dos “cursinhos” e de editoras de escolas particulares. A avaliação mais recente e divulgada foi a do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2012, em que 14 livros se inscreveram, mas apenas 2 foram considerados aptos para serem escolhidos pelos docentes nas escolas. Os docentes e estudantes das licenciaturas realizam avaliações periódicas de materiais, mas precisam publicar e circular mais esses estudos. Temos que observar uma produção que está surgindo nos PIBIDs, nos Programa de Pós-graduação e de iniciativa dos docentes nas escolas e estados que têm publicado suas aulas e experiências em *blogs*, anais de eventos e coletâneas. Temos de aguardar ainda o resultado do PNLD-2015 para verificar o movimento do mercado editorial depois de 3 anos do último PNLD.

Em 2012, no estado de São Paulo, houve o aumento da carga horária de Sociologia de uma para duas aulas semanais, enquanto em outros estados houve a diminuição ou a permanência de uma aula semanal. Além da autonomia das secretarias estaduais de educação e dos currículos elaborados conforme a realidade local, que outros mecanismos e interesses estão em jogo nessa diferenciação regional e local de currículos, políticas educacionais e carga horária das disciplinas?

Retomando a resposta à primeira questão, o currículo e a escola são campos de lutas constantes. A questão da carga horária das aulas mexe com os salários dos professores e das professoras que são contratados por hora-aula. Os Estados contratam com regimes de 20 e 40 horas, mas a composição da carga horária depende da movimentação dos docentes. São eles que vão organizar suas planilhas, percorrendo escolas e órgãos que regulamentam essa distribuição. Se o estado cumpre a lei dos 33% de hora-atividade,

a situação tende a melhorar, pois os docentes precisam de menos aulas em sala para fechar sua planilha; quanto menos hora-atividade, mais aulas em sala. Tudo isso para explicar por que a luta pela carga horária é de sobrevivência, em primeiro lugar. As disciplinas que perdem carga horária levarão seus docentes para a busca de mais aulas e talvez mais escolas para “fechar” suas planilhas. Essa decisão jamais deveria ficar para as escolas. Obviamente, que em cada disciplina seus docentes se organizarão para defender um maior número de aulas para suas disciplinas. Dado que existem poucos formados em Ciências Sociais nas escolas, os docentes perderão essa disputa para os docentes de Matemática, Língua Portuguesa, Ciências, História, etc. A definição da grade curricular e a distribuição da carga horária deveria seguir uma regra de equidade entre as áreas e disciplinas. Há estados e escolas que decidiram por esse caminho e os resultados têm sido de efetividade da aprendizagem. No estado do Paraná, há uma regra que impede que as disciplinas tenham menos que 2 aulas semanais. É proibido ter disciplina com 1 hora-aula semanal. Isso ajudou a Sociologia a ser implantada com 2 aulas semanais em cada série do ensino médio. Entretanto, a decisão ainda depende dos estados, e não da Federação, e as lutas e disputas ficam localizadas.

Você poderia nos relatar a atuação do LES (Laboratório de Ensino de Sociologia) e do GAES (Grupo de Apoio ao Ensino de Sociologia) da UEL (Universidade Estadual de Londrina) na formação de professores e na consolidação da Sociologia na educação básica do Estado do Paraná?

Essas iniciativas foram importantes para projetar o Departamento de Ciências Sociais da UEL como protagonista na inserção e implantação da Sociologia no Ensino Médio no Paraná e, posteriormente, no Brasil. Esses projetos de extensão, que depois evoluíram para projetos de pesquisa e de ensino, tinham por objetivo ir rompendo com as fronteiras entre escola e universidade, entre pesquisa e ensino e entre ciências sociais e sociedade. A utopia no horizonte era disseminar os conhecimentos produzidos na academia para públicos leigos e sobretudo para as escolas. Assim, organizamos Jornadas e Semanas de Sociologia nas escolas para demonstrar na prática como os conhecimentos sociológicos poderiam fazer sentido

para os estudantes da Educação Básica. Com essas ações, mobilizávamos os estudantes da licenciatura, dos projetos de pesquisa e os docentes do curso de Ciências Sociais da UEL para estudar e realizar as aulas e palestras nas escolas. O Laboratório de Ensino de Sociologia e o Grupo de Apoio ao Ensino de Sociologia agregaram, cada vez mais, agentes da Secretaria de Estado, das escolas, da pedagogia, do curso de graduação e começou a ser referência nos debates estaduais até o final da década de 1990, inserindo-se no debate nacional após os anos 2000. Avalio que o que nos diferenciou foi convencer as escolas a incluírem a Sociologia antes de 1996 e antes de 2008, portanto, antes da possibilidade da obrigatoriedade pela LDB e pela Lei 11.684. Quando a obrigatoriedade chegou em nível nacional, o Paraná já tinha Livro e Diretrizes Curriculares de Sociologia aprovados e em implantação nas escolas, com o apoio direto do LES e GAES, que anualmente, desde 1994, organiza cursos de formação continuada para os docentes da Educação Básica. Essas ações criaram vínculos muito fortes entre o curso de ciências sociais e os professores e professoras de Sociologia das escolas, fossem formados ou não em Ciências Sociais.

Segundo Chevallard, o saber acadêmico das universidades não é o mesmo saber ensinado na educação básica, e é necessário haver uma transposição didática que não é uma mera simplificação do saber acadêmico. Como realizar essa transposição didática do conteúdo, por vezes, demasiado acadêmico de Sociologia no ensino médio?

Essa é grande questão e o grande desafio para todos nós envolvidos com a licenciatura e com as escolas. Mas eu gostaria de demarcar o seguinte: o conhecimento de Sociologia a ser ensinado nas escolas é o mesmo que o acadêmico, ou seja, os conceitos e teorias, métodos e epistemologias disseminados na academia, nas universidades e nos cursos de pós e de graduação não mudam porque são ensinadas nas escolas. O que é diferente é a didática, os procedimentos e formas de ensinar na universidade são diferentes das da escola. Devem ser diferentes. Nesse esforço de atingir e ajudar os estudantes do Ensino Médio a se mobilizarem para aprender Sociologia, nós reelaboramos os conhecimentos científicos ou o recontextualizamos (no sentido de Bernstein, 1996). Na comunicação

pedagógica, ocorrem os processos de transmissão dos textos, conhecimentos e contextos. Como realizar esse processo de transmissão, de “transposição” guardando coerência com a ciência de referência? A primeira condição é conhecer a ciência de referência e, por isso, a formação teórica deve ser sólida e profunda. Ninguém cria metodologia de ensino daquilo que não conhece. A segunda condição é conseguir criar o método de ensino adequado às lógicas das teorias e conhecimentos das ciências sociais, assim conhecer os métodos de pesquisa ajudará a inventar métodos de ensino. A terceira condição é estudar teorias pedagógicas e psicológicas na medida necessária e eficaz para dominar os processos de ensino-aprendizagem em suas fases diferenciadas, conhecendo os públicos. A quarta condição é aprender a lidar com a gestão da escola em sua totalidade. Os docentes precisam entender a complexidade da escola que não se resume a aula na sala com os alunos. E, por fim, ter uma excelente formação prática durante a graduação, passando pela escola, vivendo experiências concretas junto com a equipe pedagógica da escola, os funcionários, merendeiras, alunos, pais de alunos, o entorno da escola e assim por diante.

Em sua opinião, nos cursos de graduação de ciências sociais divididos em bacharelado e licenciatura, ainda persiste a ideia de que o bacharelado destina-se a formar pesquisadores, enquanto a licenciatura estaria voltada para a formação de professores, reforçando a dicotomia que separa ensino e pesquisa. Como isso pode ser contornado?

Não temos, ainda, muitos estudos qualitativos e quantitativos sobre as percepções dos docentes e estudantes dos cursos de graduação em Ciências sociais. Contudo, os estudos que analisam os currículos dos cursos, em diferentes universidades, demonstram que eles revelam essa percepção. Os currículos tendiam a deixar as práticas de ensino para o último ano do curso, sem discutir educação e ensino ao longo dos 4 ou 5 anos, e as disciplinas não contemplavam estudos sobre escola, ensino, didática ou educação de forma geral. Uma expulsão do tema educação das ciências sociais, tanto na graduação como na pós-graduação. Essa situação reforçou esse artifício de dividir grupos e conceitos. A universidade brasileira se organizou de uma forma a supervalorizar o chamado “bacharelado”. As licenciaturas

em todas as áreas ficaram apartadas dos cursos de origem, ou das ciências de referência, criando uma dificuldade enorme de convivência e diálogo entre as faculdades específicas e as faculdades de educação; e, entre essas e as escolas. Nas ciências sociais, isso foi reproduzido e ganhou formas especiais, gerando certo “desprezo” pela carreira docente na educação básica, baseando-se nas dificuldades reais que existem nessa carreira, mas também em valorações e julgamentos que hierarquizam as atividades de pesquisa e de ensino. Esses julgamentos e valorações estão em franco questionamento, e as atuais políticas de formação de professores com programas, como o PIBID, tendem a enfraquecer essa visão. Pode-se dizer que hoje, nas ciências sociais, a licenciatura tem recursos e políticas que a colocam em outra posição nos departamentos e universidades. Se não na posição de dominação, não mais na posição de dominada e tendo de se defender o tempo todo. Está caminhando para uma respeitabilidade. Eu sinto isso. Mas, só estudos futuros poderão demonstrar ou não essa percepção.

Obrigado por conceder esta entrevista.